



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**EDILMA DA SILVA ARAÚJO**

**PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NA EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DA  
CRIANÇA SURDA**

**CAJAZEIRAS-PB**

**2017**

**EDILMA DA SILVA ARAÚJO**

**PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NA EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DA  
CRIANÇA SURDA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa

**CAJAZEIRAS-PB**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

A659p Araújo, Edilma da Silva.  
Parceria entre família e escola na educação e inclusão da criança surda / Edilma da Silva Araújo. - Cajazeiras, 2017.  
47f.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa.  
Monografia (Licenciatura em Pedagogia)UFCEG/CFP, 2017.

1.Educação de surdo. 2. Criança surda- formação. 3. Relação família-escola. 4. Educação infantil. 5. Educação inclusiva. I. Corrêa, Adriana Moreira de Souza. II.Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCEG/CFP/BS

CDU –376-056.263

**EDILMA DA SILVA ARAÚJO**

**PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NA EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DA  
CRIANÇA SURDA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.

Aprovada em: 06 / 09 / 2017

**BANCA EXAMINADORA**

Adriana M. S. Corrêa

Adriana Moreira de Souza Corrêa (orientadora)  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Danilo de Sousa Cezário

Prof.<sup>o</sup> Ms Danilo de Sousa Cezário (examinador)  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Geraldo Venceslau de Lima Júnior

Prof. Esp. Geraldo Venceslau de Lima Júnior (examinador)  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que iluminou o meu caminho durante esses cinco anos de estudo e dedicação.

À minha família, em especial ao meu pai Antônio, que junto a minha mãe cuidou de mim, me educou e me ensinou a ter propósitos e princípios. Sei o quanto ele sonhou com esse acontecimento em minha vida e, por isso, eu não tenho palavras que expressem o vazio que sinto neste momento por não tê-lo ao meu lado mas, em meu coração, ele sempre está e sei que em algum lugar no céu ele está a me aplaudir.

À minha mãe Alderiza, que sempre fez despertar o melhor de mim, fazendo superar as minhas dificuldades com seus conselhos e otimismo me incentivou a não parar e lutar por meus ideais, mesmo em momentos que pensava em desistir.

À minha irmã Neidinha, que sempre esteve presente com seus cuidados e atenção crendo em minha capacidade me incentivando, animando, andando lado -a- lado todos os dias compartilhando sonhos.

À minha irmã Francisca e aos meus outros irmãos: Edilson, José e Marcos

Às minhas tias, ao meu avô e a toda a minha família que sempre torceram pelo meu sucesso nos estudos.

Ao meu esposo, Sávio, que sempre teve orgulho de mim e seguiu compreendendo e esperando, dia após dia, o término deste curso. Sempre com expectativas e acreditando em minha competência.

Às minhas colegas de trabalho, Roseane e Nidinha, que sempre me apoiaram.

À Lúcia Carvalho e S. Antônio, pela compreensão de todos esses anos, sou muito grata.

Aos meus professores, que contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal, pois, ao contar com a contribuição de cada um, cresci como pessoa e como a profissional que desejo ser.

As minhas amigas Daniela, Maria e Mickaelle, cada uma, com seu jeito especial, fizeram parte da minha vida nos momentos de tantas dificuldades enfrentadas na sala de aula e fora dela. Nós quatro compartilhávamos as dificuldades do dia-a-dia, entre um trabalho e outro, unidas sempre. O respeito sempre foi a base dessa amizade pois, de colegas de sala nos tornamos amigas companheiras, amorosas e sempre dispostas a uma palavra de superação.

E, por fim, à minha orientadora, Adriana Corrêa, pela paciência, atenção e dedicação comigo.

Cada um, com seu jeito especial, que fizeram parte da minha formação acadêmica,  
muito obrigada!

“A linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente registrar o que conhece e comunicar-se com outros homens. Ela marca o ingresso do homem na cultura construindo-o como sujeito capaz de produzir transformações nunca antes imaginadas.” (LIMA, 2006, p.15).

## RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade discutir sobre a importância da família e da escola na educação e inclusão da criança surda, apresentando os desafios enfrentados por estes grupos para a formação da criança surda. Considerando que a maioria das crianças surdas nasce em lares de pais ouvintes, que desconhecem a Língua Brasileira de Sinais, as interações na escola inclusiva e na família tornam-se fundamentais para o desenvolvimento linguístico da criança. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é investigar e refletir sobre a relação traçada entre a família e a escola para promover inclusão da criança surda. Como objetivos específicos, delimitamos: conhecer a relação entre linguagem e aprendizado na família; identificar as estratégias e recursos utilizados pela escola regular para favorecer o aprendizado bilíngue do surdo; reconhecer os benefícios do trabalho, em parceria, realizado por estes grupos sociais. A partir destas inquietações, buscamos na literatura trabalhos que abordassem a temática, portanto, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa e a coleta de informações baseou-se na pesquisa bibliográfica na qual utilizaremos como base teórica, as pesquisas de autores, tais como: Franco, Biroli, Bettinardi, Barbosa, Brasil, Strobel, Lacerda, Damásio, Fonseca, Botelho, entre outros, para fundamentar a referente pesquisa. Como principais resultados, constatamos a relevância da parceria entre a família e a escola, sendo primordial o desenvolvimento das crianças surdas para expandir um ambiente linguístico de aprendizado e de superação das dificuldades que se impõem na vida escolar e social.

**Palavras-chave:** Família. Escola. Aluno Surdo.



## ABSTRACT

The present work has the purpose discuss about importance of family and of the school in the inclusion and education of the deaf child, showing the challenges faced by these groups for the deaf child's formation. Whereas most of the deaf children are born in homes of hearing parents, which unaware the Brazilian Language Signs, the interactions in inclusive schools and in the family become essential to linguistic development of the child. Therefore, the general goals this research is to investigate and reflect about, the established relation between the family and the school to promote the inclusion of deaf child. As the specific objectives, we delimited: to know the relation between language and learning in the family; identify the strategies and resources used by regular school to promote the bilingual learning of the deaf; recognize the benefices of the work, in partnership, held by these social groups. From these concerns, we seek, in the literature, works that approached the theme, therefore, the research have a qualitative approach and the information gathering was based on bibliography research in which we will use as theoretical basis, the authors' researches, such as: Franco, Biroli, Bettinardi, Barbosa, Brasil, Strobel, Lacerda, Damásio, Fonseca, Botelho among others, to substantiate the referring survey. As the main results, we verified the relevance of the partnership between the family and the school, and this primordial to the deaf children's development to expand a linguistic atmosphere of learning and of overcoming of the difficulties that are imposed in the school and social life.

**Keywords:** Family. School. Deaf Student.

## LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Libras	Língua Brasileira de Sinais
NEE	Necessidade Educacional Específica
PNE	Plano Nacional de Educação
SUS	Sistema Único de Saúde
TILSP	Tradutor Intérprete da Língua de Sinais e Língua Portuguesa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Caracterizando a pesquisa.....</b>	<b>14</b>
<i>2.1.1 Abordagem da pesquisa .....</i>	<i>14</i>
<i>2.1.2 Natureza da pesquisa .....</i>	<i>15</i>
<i>2.1.3 Objetivo da pesquisa .....</i>	<i>15</i>
<i>2.1.4 Procedimento de Coleta e Análise de Dados .....</i>	<i>15</i>
<i>2.1.4.1 Levantamento de dados .....</i>	<i>16</i>
<i>2.1.4.2 Análise dos dados.....</i>	<i>17</i>
<b>2.2 A pesquisa e a formação do professor .....</b>	<b>17</b>
<b>3 IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>3.1 Conceitos de família na atualidade .....</b>	<b>18</b>
<b>3.2 A família e a educação da criança.....</b>	<b>19</b>
<b>3.3 A família e a comunicação com a criança surda.....</b>	<b>21</b>
<b>4 AS ESPECIFICIDADES DA CRIANÇA SURDA E DA EDUCAÇÃO NA MODALIDADE BILÍNGUE.....</b>	<b>25</b>
<b>4.1 Educações bilíngue para surdos .....</b>	<b>26</b>
<b>4.2 A escola e a aquisição da Língua de Sinais pelo surdo.....</b>	<b>27</b>
<b>4.3 A escola e o aprendizado da Língua Portuguesa pelo surdo .....</b>	<b>28</b>
<b>4.4 Libras e Língua Portuguesa no ensino da pessoa surda .....</b>	<b>29</b>
<b>4.5 A presença do Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Português na educação da criança surda.....</b>	<b>30</b>
<b>4.6 O Atendimento Educacional Especializado .....</b>	<b>31</b>
<b>5 ESCOLA E FAMÍLIA: TECENDO REFLEXÕES ACERCA DA IDENTIDADE DA INCLUSÃO E DO APRENDIZADO DA PESSOA SURDA .....</b>	<b>33</b>
<b>5.1 Família e escola .....</b>	<b>34</b>

<b>5.2 Surdez e bilinguismo .....</b>	<b>36</b>
<b>5.3 Identidade e Inclusão .....</b>	<b>37</b>
<b>5.4 Família, escola e bilinguismo .....</b>	<b>38</b>
<b>5.5 Participação da família na escola inclusiva.....</b>	<b>39</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O ambiente familiar é primordial para a formação linguística, social e intelectual da criança. Nesse sentido, Franco (2015) assevera que a família é um grupo primário responsável pela socialização das crianças e pela satisfação de necessidades básicas. Diante disso, precisamos considerar a importância da família no desenvolvimento da criança desde o nascimento e enquanto o espaço social no qual ocorrem os primeiros aprendizados e as primeiras interações do indivíduo com outros integrantes do grupo. Nogueira (2007, p. 1) define que:

A família é uma sociedade natural formada por indivíduos, unidos por laço de sangue ou de afinidade. Os laços de sangue resultam da descendência. A afinidade se dá com a entrada dos cônjuges e seus parentes que se agregam à entidade familiar pelo casamento.

Nesta perspectiva, compreendemos a família enquanto um agrupamento social, permeado por laços sanguíneos ou não. Por isso, apesar do casamento formalizar e servir como estatuto para a formação de uma família, este nem sempre é o único requisito necessário para a sua formação, tendo em vista que ela se forma, principalmente, pela escolha dos seus integrantes e pelos compromissos afetivos. Deste modo, para fazer referência à organização familiar, é preciso compreender a abrangência deste conceito, como ele se constitui e suas subdivisões.

Franco (2015) afirma que o entendimento de família passou e passa por profundas transformações, sendo que estas são processadas tanto internamente (no que diz respeito a sua composição e as relações estabelecidas entre seus componentes), quanto externamente (no que tange as normas construídas pela sociedade), fato este que tende a demonstrar o caráter dinâmico da constituição deste grupo.

Para a pesquisadora, apesar da modificação dos modelos de família, os pais ainda são considerados os principais responsáveis pela educação dos filhos. Neste sentido, é na família que as crianças se identificam e se moldam no convívio com o grupo familiar imediato, que pode ser o pai, mãe, irmãos ou outros responsáveis. Com eles, são aprendidos os valores, as regras e os comportamentos compartilhados pelo grupo e, a partir dessas experiências, as crianças formam a imagem de si, construindo sua personalidade, desenvolvendo padrões de socialização e moldando-se na forma de perceber e interagir com o mundo Franco (2015).

Tratando das pessoas surdas, Danesi (2001) afirma que, essas famílias, ao receberem o diagnóstico da surdez dos filhos, sentem-se desamparadas e acabam reproduzindo o preconceito contra a diferença e, por esta razão, buscam, incessantemente, a “cura” através de tratamentos de reabilitação da fala. Esta cura se refere ao processo de oralização da criança surda, que acontece com o aproveitamento dos resíduos auditivos mediante o uso de aparelhos de amplificação sonora e pelo estímulo à percepção da fala pela leitura labial.

Segundo as estatísticas internacionais, cerca de 95% das crianças surdas nascem em família de ouvintes que “[...] geralmente desconhece, ou se conhece, rejeita a Língua de Sinais” (SKLIAR, 2001, p.32 citado por MAROSTEGA; SANTOS, 2006, p.1). Desta forma, a resistência da família à comunicação por meio da Língua de Sinais pode se tornar a primeira barreira para o surdo, tornando mais difícil o desenvolvimento futuro da criança porque lhe é negada a aquisição da sua língua materna que é a Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Para compreender o cerne deste trabalho, precisamos diferenciar dois termos que, mesmo se tratando de palavras empregadas como sinônimas no senso comum, implicam em diferentes abordagens e formas de interação da pessoa com perda na acuidade auditiva: o surdo e o deficiente auditivo.

Para Bisol e Valentini (2011), o termo deficiente auditivo se refere à pessoa que tem perda auditiva em qualquer grau. Contudo, consideraremos neste trabalho que o surdo, de acordo com a visão histórica e cultural, é a pessoa que não se considera deficiente, mas que utiliza a Língua de Sinais e, por este motivo, pressupõe uma pedagogia própria de ensino, baseada na visualidade. Já o deficiente auditivo é aquele que possui perda parcial ou total na capacidade de detectar sons, sendo esta causada pela má formação genética, lesões na orelha ou na composição do aparelho auditivo.

Diante desta distinção, afirmamos que o trabalho tratará da relação da pessoa surda com a família enfatizando o papel desta última no desenvolvimento escolar da criança usuária da Língua de Sinais.

Esta temática foi escolhida para aprofundamento quando, no componente curricular de Libras, sentimos a necessidade em pesquisar como acontece o processo ensino-aprendizagem da pessoa surda na atualidade. Indagamos também sobre, a contribuição da família para a inclusão dessa criança na sociedade.

Diante disso, a pesquisa foi gerada pelo seguinte questionamento: qual a importância da parceria entre a família e a escola no processo ensino aprendizagem da criança surda na escola inclusiva? A partir desta inquietação, buscamos na literatura trabalhos que abordassem a temática, ou seja, trazer à contemporaneidade a imagem da população infantil surda

relacionada à sua própria inclusão social no ambiente escolar e familiar. Portanto, o trabalho tem uma abordagem qualitativa, pautado na pesquisa bibliográfica.

O objetivo geral deste trabalho é investigar e refletir sobre a relação traçada entre a família e a escola para promover inclusão da criança surda. Como objetivos específicos, delimitamos: conhecer a relação entre linguagem e aprendizado na família; identificar as estratégias e recursos utilizados pela escola regular para favorecer o aprendizado bilíngue do surdo; reconhecer os benefícios do trabalho, em parceria, realizado por estes grupos sociais.

O trabalho está dividido em cinco capítulos, a saber: no primeiro capítulo trazemos as informações sobre a pesquisa (considerações gerais sobre o tema, introdução, objetivos, organização das informações); o segundo é intitulado Importância da Família da Educação e traz uma discussão sobre as compreensões acerca da relevância e do papel da família no processo educativo; o terceiro chama-se: As especificidades da criança Surda e de sua educação na modalidade bilíngue e problematiza as particularidades da criança surda e das características da educação bilíngue; o quarto capítulo recebeu o título de Escola e família: tecendo reflexões acerca da identidade da Inclusão e do aprendizado da pessoa Surda. Nele apresentamos discussões sobre a importância da parceria entre escola e família para a educação dos alunos surdos. Por fim, nas considerações finais, apresentamos as conclusões obtidas a partir das informações apresentadas na pesquisa.

## **2 METODOLOGIA**

A família e a escola são os primeiros grupos sociais os quais a criança interage. Tratando-se da criança surda, são grupos que precisam repensar o sistema de comunicação para garantir o desenvolvimento da linguagem. Estes grupos devem considerar que a língua adquirida pela criança surda na comunicação com outros usuários é a Libras. No entanto, em geral, esta não é a língua utilizada na comunicação por estes grupos e sim a Língua Portuguesa.

A pesquisa em questão discute a parceria entre família e escola na educação e inclusão da criança surda na perspectiva bilíngue, apresentando os desafios e as potencialidades dessa proposta de ensino para a garantia de uma educação de qualidade para este público. Partindo deste pressuposto consideramos que o estudo desta temática é relevante, pois se a característica central do conhecimento se refere à possibilidade de inovar, de atualizar-se de forma integral e permanente, a reflexão contida neste trabalho, possibilita o professor que pesquisa desenvolver um ensino que forme e o oportunize estar atualizado nas questões que interferem na sua prática, com capacidade de compreender a pesquisa como a competência de manejar conhecimento, dentro do desafio da inovação, do questionamento permanente e da articulação e intercâmbio interdisciplinar.

Desta forma, a pesquisa científica possui relevância acadêmica e social por possibilitar a problematizar as dificuldades vividas pelos profissionais envolvidos na prática pedagógica, de modo que isso irá ajudar o professor a entender sua prática docente, sua escola e principalmente elaborar um currículo eficaz e em consonância com os documentos oficiais da educação brasileira.

### **2.1 Caracterizando a pesquisa**

A seguir, classificaremos a pesquisa quanto a abordagem, a natureza, o objetivo, o procedimento de levantamento de dados e a estratégia utilizada para a sua análise.

#### ***2.1.1 Abordagem da pesquisa***

O presente trabalho foi realizado através de uma abordagem qualitativa que nos possibilita fazer um “aprofundamento analisando como cada um daqueles sujeitos estudados percebe e significa sua realidade, levantando dados consistentes que permitam descrever e



compreender a lógica que presidem as relações sociais que se estabelecem no interior do grupo estudado” (DUARTE, 2004, p.55).

Nessa perspectiva buscamos entender como se instrumentaliza a educação dos surdos, na escola e na família através da proposta bilinguismo, no intuito de viabilizar a proficiência em ambas as línguas e, conseqüentemente, a sua interação social.

### ***2.1.2 Natureza da pesquisa***

Quanto à natureza da pesquisa, classificamos como uma pesquisa básica porque ela “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem a aplicação prática prevista” (SILVEIRA; CORDOVA, 2009). Deste modo, o trabalho que apresentamos consiste em descrever a pertinência da parceria entre família e escola na participação da educação da criança surda, compreendendo em adotar o bilinguismo como alternativa de ensino, para a educação dos surdos enquanto uma proposta, sem analisar os casos particulares que refletiriam a realidade local.

### ***2.1.3 Objetivo da pesquisa***

O referido trabalho trata-se de uma pesquisa explicativa que tem como objetivo de explicar um fenômeno (GIL, 2009), portanto, explica o porquê dos resultados apresentados. Nesse estudo analisamos os desafios e importância da parceria entre família e escola para a promoção da inclusão dos surdos na escola.

### ***2.1.4 Procedimento de Coleta e Análise de Dados***

Para elucidar a questão norteadora da pesquisa que nos levou a investigar qual a importância da parceria entre a família e a escola no processo ensino aprendizagem da criança surda na escola inclusiva. A partir desta inquietação, buscamos na literatura trabalhos que abordassem a temática, ou seja, trazer à contemporaneidade a imagem da população infantil surda relacionada à sua própria inclusão social no ambiente escolar e familiar. Diante disso, selecionamos trabalhos que tratavam da seguinte temática: a relação entre a família e a escola para a promoção do aprendizado do surdo na perspectiva bilíngue. Para isso, utilizamo-nos da pesquisa bibliográfica como procedimento para a coleta dos dados que serão discutidos. Sobre esta pesquisa, Fonseca (2002, p.32) explica que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas da web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica não se resume ao levantamento de autores e livros, mas agrega muitas outras estratégias como, por exemplo, a análise, interpretação e comparação. Ressaltamos que não se trata de uma revisão da literatura, mas de uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica nos trouxe a oportunidade de conhecer diversas perspectivas acerca da inclusão, promovendo a troca de saberes e a produção de conhecimentos inovadores no campo desta discussão. E, sobre a diferenciação entre estes termos, Lima e Miotto (2007, p.37) nos dizem que:

Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.

Portanto, entendemos que a pesquisa bibliográfica vai além de uma revisão bibliográfica, ela faz o aprofundamento buscando soluções e esclarecimentos sobre o objeto de estudo.

#### 2.1.4.1 Levantamento de dados

Para a execução deste trabalho foram imprescindíveis as leituras e as consultas aos livros impressos, aos documentos, livros e artigos digitais, aos artigos acadêmicos, à legislação, sites da *internet*, entre outros, que tratavam da temática: a relação da família e da escola no desenvolvimento escolar, linguístico e social do surdo.

#### 2.1.4.2 Análise dos dados

Após a leitura de diferentes autores, selecionamos os trabalhos de Franco (2015), Biroli (2014), Bettinardi (2012), Barbosa (2011), Brasil (2002; 2005; 2008; 2011), Strobel (2008), Lacerda (2006), Damásio (2007), Fonseca (2002), Botelho (1999), entre outros, para referenciar e dar subsídios teóricos e metodológicos para a pesquisa.

Os dados foram selecionados e classificados a partir da relação com um dos três tópicos trabalhados abordadas nesta pesquisa e que compõem nos capítulos 3, 4 e 5, deste trabalho, a saber: família, escola e relação família escola na educação bilíngue.

### **2.2 A pesquisa e a formação do professor**

A pesquisa é relevante para a formação docente, uma vez que, discute questões importantes e atuais para a prática docente na perspectiva inclusiva, ao mostrar a relação e a relevância dos grupos sociais família e escola para a efetivação desta prática. Além disso, contribui para os debates sobre a inclusão, que se mostra necessário na sociedade atual.

Esse tipo de pesquisa tem a finalidade de contribuir com a minimização de problemas encontrados na prática docente à medida que discute um dos fatores que interferem na socialização e na aquisição de conhecimentos dos surdos colaborando significativamente no processo de ensino e aprendizagem. Por esta razão, quando o professor se utiliza da pesquisa, ele está enriquecendo seu conhecimento tanto intelectual, quanto na prática na sala de aula.

Portanto, essa pesquisa é importante, sobretudo, porque possibilita ao professor se questionar enquanto sua prática docente e enquanto a aprendizagem dos seus alunos e assim, buscar criar meios eficazes para transformar a realidade de sua sala de aula.

### **3 IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO**

Conforme destacamos anteriormente, a família é o espaço onde ocorrem as primeiras interações da criança e, conseqüentemente, os seus primeiros aprendizados. Este grupo social apresenta as primeiras regras e introduz a criança no contato e vivência na sociedade. Dessen e Polônia (2007, p. 22) complementam “é também considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem-estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem-estar da criança”.

Vimos também que a família não é conceituada partindo de uma única forma de organização de indivíduos, ou seja, os laços de sangue. Entendemos ainda que, por se constituir em um grupo social, a família interfere e recebe influências do meio no qual está inserida, como também interfere na relação dos indivíduos e da sociedade.

#### **3.1 Conceitos de família na atualidade**

Na nossa sociedade, o conceito de família se expandiu, tornando múltiplo e abrangente. Para Biroli (2014), a família se define por um grupo regido por um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história, isto implica que a família é uma construção social, que vivenciamos desde o nascimento. Deste modo, nos constituímos enquanto sujeitos a partir da adesão ou da rejeição às suas regras.

O tradicional modelo de família, também chamada de família nuclear sofreu muitas transformações ao longo do tempo. E, neste modelo, composto por um marido, uma mulher e pelos seus filhos, todos os papéis e as responsabilidades de cada membro eram muito específicas e recebidas sem resistência.

A família que emerge como a principal referência no universo simbólico da modernidade é a família burguesa. Nela, mulher e homem têm papéis distintos e a valorização da vida privada familiar e do cuidado com os filhos incide diretamente em uma definição rígida do papel da mulher. (BIROLI, 2014, p.12).

Em virtude das novas relações sociais, este modelo de família sofreu profundas modificações. De acordo com Dias (2005), atualmente, podemos encontrar pelos menos três tipos ou modelos de família, que são: as mononucleares, a homomaterna e a homopaternal. A família mononuclear marca a permanência do modelo desenvolvido na modernidade. As famílias homomaternas são constituídas por duas mulheres, que decidem se unir em relação

estável oficializada. Ao lado, dessas mulheres vivem seus filhos, crianças geradas por uma delas ou adotadas. Há também as famílias formadas por homens, no caso dois pais e seus respectivos filhos, são chamados de famílias homopaternal. Além destes arranjos, temos famílias formadas por avós e netos, tios e sobrinhos. Dessa maneira, compreendemos que família é toda constituição baseada em afetividade em que os responsáveis decidem participar da formação e da criação de crianças, dedicando tempo, cuidado e responsabilidade.

Essas tipificações indicam que houve transformações dos modos nos quais os indivíduos se organizaram em família e, como veremos a relação entre os seus membros trará mudanças no papel desta instituição quanto a sua participação na vida escolar dos seus filhos.

### 3.2 A família e a educação da criança

A família sempre foi considerada como o primeiro espaço de aprendizagem da criança, ou ainda, a primeira instituição social significativa para a formação educacional do ser humano tendo em vista que, nela ocorrem os primeiros contatos com os outros indivíduos. Posteriormente, ao ingressarem na escola a criança entrará em contato com outros grupos e, interagindo com os demais colegas, internalizará outras regras, bem como compreenderá as novas organizações sociais. (BETTINARDI, 2012).

Contudo, antes de tratar sobre qualquer iniciativa social, é importante que seja destacado o papel da família na educação das crianças na contemporaneidade. Cabe à este grupo proporcionar aos seus filhos os cuidados básicos, o lazer e a educação, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social. O dever da família de garantir a educação dos filhos é contemplado na nossa Constituição Federal de 1988, no art. 205, ao resguardar que:

A **educação**, direito de todos e dever do Estado e **da família**, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, s/p, grifo nosso).

A leitura do artigo acima faz com que percebamos que a nação brasileira já estabeleceu, nos seus princípios democráticos, o direito à educação. Como vimos este direito deve ser concedido não só pelo Estado, como também, na família. Assim, é importante entender que tanto o Estado quanto à família, tem seu papel na garantia da educação da criança demonstrando a necessidade de continuidade do trabalho, ou seja, de parceria.

Vemos que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (que trataremos adiante) mostram que são muitos os direitos que a criança têm, tais como: o direito de ir à escola, de receber o Atendimento Educacional Especializado - AEE e participar de atividades significativas que favoreçam o aprendizado. No entanto, é preciso que as famílias estejam mais informadas não só sobre os seus direitos, a fim de reivindicá-los, mas também dos seus deveres, para cumprí-los, no que se refere à educação são, segundo a legislação citada, matricular e garantir a assiduidade da criança na escola.

É importante ressaltar que a assistência dos pais deve atender todas as necessidades da criança, em especial quando ela apresenta alguma necessidade educacional específica – NEE. Por esta razão, para que ela possa frequentar diferentes espaços sociais e se beneficiar com a educação ofertada pela escola regular é preciso que os responsáveis busquem o apoio dos profissionais que são necessários para garantir o seu desenvolvimento.

De acordo com Braga (2016) a presença dos pais na educação é muito importante, porque as crianças precisam estabelecer com seus pais, professores e outros adultos, relações de confiança e ajuda. No entanto, atualmente, os pais responsabilizam a escola em cumprir um papel que cabe a família que, por outras ocupações, se afastam dos seus filhos deixando de fazer parte da rotina dos mesmos. Porém, a presença da família não deve ser substituída, tendo em vista que as crianças precisam compartilhar atividades com os pais considerando que, futuramente, esta falta de interação e atenção com os responsáveis, pode ocasionar problemas como, por exemplo, as dificuldades na aprendizagem. No caso da criança surda, a ausência desta relação pode acarretar um atraso no desenvolvimento da língua materna que é a Libras, dificultando assim na interação com o mundo externo. E, para garantir o desenvolvimento linguístico e social da criança surda é preciso que a escola e a família andem juntas, cumprindo cada uma, o seu papel.

Segundo Bettinardi (2012), dependendo do tempo dispensado pelos pais para acompanhar e participar do processo de desenvolvimento dos filhos, a qualidade da aprendizagem tende a melhorar. Sobre esse mesmo assunto, Franco (2015) considera que a participação da família é muito importante para o desempenho da criança na escola, pois quando os pais participam da vida escolar dos seus filhos, principalmente na infância, os mesmos aprendem mais e melhor.

Bettinardi (2012) discorre também que na infância ocorrem as interações que contribuem para o desenvolvimento intelectual da criança. Ainda conforme o autor, no espaço familiar, deve ser respeitado o tempo de desenvolvimento da criança isso porque no seu

desenvolvimento, a criança passa por fases que devem ser conhecidas e respeitadas pelas pessoas que influenciam neste desenvolvimento.

Notamos, desta forma que a atuação da família e da escola se complementa. Nesse sentido, as participações da família, juntamente com a escola, devem contribuir para o desenvolvimento comunicativo e educativo da criança, tendo em vista que a linguagem se apresenta como um instrumento que permite a concretização da comunicação e esta, por sua vez, media as relações sociais e a aquisição do conhecimento da criança. Sobre esta relação entre o papel da família na aquisição de um sistema de comunicação da criança, trataremos a seguir.

### **3.3 A família e a comunicação com a criança surda**

A comunicação é a base de toda relação social, pois através da interação mediada por uma língua, os seres humanos podem expressar desejos, construir regras, valores etc. Sabemos que os familiares e as crianças se comunicam através dos sistemas simbólicos, ou seja, da língua, e por esta razão, as interações são mais eficazes quando os membros da família partilham um sistema linguístico. Vygotsky (2001, citado por LACERDA, 2006, p. 165) destaca a importância da linguagem para o ser humano afirmando que, esta “é responsável pela regulação da atividade psíquica humana, pois é ela que permeia a estruturação dos processos cognitivos. Assim é assumida como constitutiva do sujeito, pois possibilita interações fundamentais para a construção do conhecimento”.

Tratando da pessoa surda, que é usuária da Língua Brasileira de Sinais, esta diferença linguística pressupõe uma diferença cultural. Isto ocorre porque a criança surda constrói o entendimento sobre o meio ao seu redor, prioritariamente, através das percepções visuais. Desta maneira, a sua relação com o ambiente, que é visual, pressupõe uma forma de relação com o mundo, ou seja, uma cultura visual que é denominada de Cultura Surda, que é definida como:

O jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (STROBEL, 2008, p. 24).

Destacamos que a língua adquirida naturalmente pelas pessoas surdas é a Libras, e este sistema de comunicação compreende o meio pelo qual a criança surda ter acesso a qualquer tipo de informação sendo este mediado pelo aparato biológico que ele dispõe.

Gesser (2009) destaca que é comum que os ouvintes considerem que a Libras é uma forma de mímica, que é uma língua artificial, sem gramática e incapaz de expressar conceitos abstratos, contudo, esta língua foi oficializada através da Lei da Libras, nº 10.436/2002, que é definida, no parágrafo único como a:

[...] a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias (*sic*) e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, p. 01).

Neste sentido, Góes (2001, p. 15) destaca que “a Libras desempenha todas as funções de uma língua e, como tal, ela pode ser usada para cumprir o papel que a linguagem oral tem na criança ouvinte”. No entanto, apenas o reconhecimento legal de Libras não é suficiente para que os surdos tenham o direito de desenvolver a Língua de Sinais é preciso que seja viabilizado o uso social deste sistema linguístico nos espaços sociais que a criança frequenta.

Conforme Lacerda (2006), as crianças com surdez apresentam dificuldades em aprender a língua materna, quando a família não busca aprender este sistema linguístico e ensiná-las desde cedo. Relembremos que, anteriormente, apresentamos dados que demonstram que a maioria das crianças surdas nasce em lares nos quais os responsáveis são ouvintes e, portanto, usuários de um sistema linguístico distinto daquele que é adquirido de forma natural pelas crianças surdas.

Nesses casos, as crianças usam apenas sinais caseiros que são uma forma de comunicação que se utiliza de gestos que são entendidos apenas pelas pessoas de sua convivência diária. A referida autora destaca que o atraso na sua linguagem, oriundo da substituição de Libras por outros sistemas de comunicação pode trazer consequências emocionais sociais e cognitivas, mesmo que a aprendizagem aconteça de forma tardia.

Como podemos ver que o ensino precoce de Libras a criança surda é necessário, pois assim como uma pessoa ouvinte pode vir a apresentar atrasos cognitivos e na interação caso não desenvolva a língua oral, um processo semelhante acontece com a criança surda no aprendizado da Língua de Sinais. Já aprendendo a Libras desde os primeiros anos de vida, a criança, poderá se comunicar e se relacionar com as pessoas do seu meio com maior facilidade. Ressaltamos que, a aquisição de Libras, anterior ao aprendizado da Língua oral, é



fundamental para a compreensão do sistema linguístico, para a cognição e para a interação social dos surdos considerando que:

O surdo não adquire a língua oral de modo natural. Necessita de condições formais e específicas de aquisição do que constitui para ele uma língua estrangeira. Aí reside a primeira diferença fundamental entre sujeitos ouvintes e surdos: a língua oral é a língua que se adquire naturalmente para os ouvintes, mas não para os surdos. Ser surdo representa uma diferença linguística. (BOTELHO, 1999, p. 2).

Dessa forma, a língua de sinais é o sistema linguístico que pode ser adquirido de maneira espontânea pelos surdos, assim como ocorre com a Língua Portuguesa pelos ouvintes. Contudo, a Língua Portuguesa, não deve ser desconsiderada do processo educacional, ao contrário, conforme a Lei de Libras, nº 10.436/2002, este sistema de comunicação funciona como uma segunda língua para os surdos.

Costa (2015) nos diz que o uso de Libras possibilita o reconhecimento do surdo como um sujeito histórico e cultural haja vista que, através da sua língua e cultura, estes indivíduos se reafirmam enquanto sujeitos atuantes e autores da sua história. Esse dado justifica o fato que durante muitos anos, houve um grande esforço por parte dos profissionais da saúde e da educação, em busca por desenvolver a fala e a linguagem da criança surda. Neste processo, os familiares eram convencidos a utilizar apenas a língua oral na educação da criança surda, levando-os à escolha por escolas que favorecessem esta modalidade de expressão da linguagem (MOURA, 2000).

Na década de 1990, em nosso país, houve mobilizações que culminaram no fortalecimento dos movimentos surdos (compostos tanto por surdos quanto por pais, familiares, amigos e profissionais engajados na educação dos surdos), que militavam buscando o reconhecimento da Língua de Sinais.

Segundo Thoma e Klein (2010) os surdos gaúchos foram os primeiros a buscar esse direito, juntamente com profissionais da educação. Neste período, várias mobilizações, passeatas e atos públicos no parlamento colaboraram para a legitimação de Libras. Como resultado destas reivindicações, a Lei nº 10.436 reconheceu a Libras como uma língua a ser utilizada pela comunidade surda no Brasil, entrando em vigência em 2002.

Após esta aprovação, a Libras foi legitimada e as iniciativas educacionais construídas na perspectiva bilíngue ganharam destaque na educação brasileira. Isso modificou a forma como a sociedade e, conseqüentemente a visão da família propõe a educação do surdo, abrindo espaço para o uso da Língua de Sinais.

Diante desse cenário de debate e reconhecimento desta língua surge a necessidade de organizar esses anseios na escola, ou seja, passa-se a se debruçar sobre a questão da educação das crianças surdas na modalidade bilíngue.

#### **4 AS ESPECIFICIDADES DA CRIANÇA SURDA E DA EDUCAÇÃO NA MODALIDADE BILÍNGUE**

Após compreendermos o papel da família na educação da pessoa surda, discorreremos sobre a organização da escola para atender a este público. Neste tópico, serão tratadas algumas das especificidades da educação criança surda e, para isso, trataremos sobre a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN que dispõe sobre as formas de contemplar o direito à educação da criança com deficiência. Destacamos que estes direitos também estão assegurados desde a Constituição Federal Brasileira, de 1988.

A LDBEN apresenta um destaque para a Educação Especial, enquanto uma modalidade educacional que trata das estratégias, recursos (humanos e materiais) voltados para a inclusão escolar dos alunos com NEE. Outro ponto a ser destacado nesta lei se refere à ampliação das oportunidades educacionais voltadas à pessoa com deficiência, como por exemplo, a obrigatoriedade da educação infantil e a inclusão da criança com deficiência nessa etapa da escolarização (SILVA; SENA, 2015).

Para a efetivação do direito inalienável à educação, previsto na Constituição Federal e também discutido da LDBEN, o Decreto nº 7.611/2011, no seu texto, também assegura que é necessário garantir que o sistema educacional brasileiro seja inclusivo em todos os níveis e que nele não haja discriminação (em especial, devido a deficiência) bem como haja igualdade de oportunidades para o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

Desse modo, vemos que todas as pessoas têm o mesmo direito à educação e que o processo educacional, pautado no atendimento à diversidade humana, deve iniciar desde a educação infantil estendendo-se até o nível superior. Para isso, deve contar tanto com a oferta do AEE quanto com a presença de profissionais de apoio. Este profissional é definido na Nota Técnica nº 19/2010 como “aqueles necessários para promoção da acessibilidade e para o atendimento às necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção” (BRASIL, 2010). Tratando-se da criança surda, os sistemas de ensino deverão contratar e disponibilizar na escola o Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa – TILSP para favorecer a construção do conhecimento na sua língua natural e garantir a interação com os usuários da Língua Portuguesa.

Vemos também que tanto a Lei nº 10.436/2002, quanto o Decreto nº 5.626/2005, são documentos que reconhecem a legalidade do ensino de Libras para os educandos surdos e

ouvintes como também preveem a inclusão de uma disciplina voltada ao ensino dessa língua para professores e fonoaudiólogos, a fim de que estes profissionais estejam conscientes da importância deste sistema de comunicação para a constituição da identidade da pessoa surda e para o seu aprendizado. Estes documentos tratam ainda sobre o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos e conseqüentemente, da necessidade de organização do sistema educacional bilíngüe no ensino regular.

Contemporaneamente, o ensino das Libras está sendo implementado por todo o país, em pequenas proporções, havendo a necessidade de formação de mais profissionais especializados no uso de Libras e da Língua Portuguesa, não apenas com o objetivo de atuarem na área de educação básica, como também nas academias, nas áreas de ciências humanas, de ciências da saúde e até mesmo nas ciências exatas (THOMA; KLEIN, 2010).

#### **4.1 Educações bilíngüe para surdos**

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva apresenta que é possível que existam processos e recursos voltados ao ensino dos alunos surdos nas escolas regulares, contudo, ambos devem ser pensados na perspectiva bilíngüe. Nesta proposta é previsto:

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngüe – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na Língua de Sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino de Libras para os demais alunos da escola (BRASIL, 2008, p. 11).

Diante do que foi exposto acima, vemos que esta política reafirma o direito à educação bilíngüe disposto no em outros documentos, citados anteriormente, tais como na Lei nº 10.436/2002, como também, no Decreto nº 5.625/2005. Neste sentido, para Góes e Turetta (2009) a educação bilíngüe está pautada no modelo sociocultural da surdez que pressupõe que o surdo é integrante de uma minoria linguística e, por esta razão, precisa desenvolver uma identidade e cultura pautada nas duas línguas: Português e Libras. Deste modo, as autoras asseveram que a educação bilíngüe:

[...] não se limita ao simples fato de utilizar duas línguas nas atividades escolares, mas busca, sim, um espaço prioritário para a língua natural da pessoa surda- Língua de Sinais- e o direito de a criança surda adquirir-la por

processos naturais durante o mesmo período em que a criança ouvinte adquire uma língua de modalidade oral. (GOES; TURETTA, 2009, p.59).

Nessa perspectiva, a educação bilíngue tem organização teórica e metodológica própria tendo como referência o bilinguismo para surdo, ou seja, a interação através da Libras (como primeira língua) e do português (como segunda língua).

De acordo como Decreto nº 5.626/2005, no art. 22, a prática de uma educação bilíngue pode ocorrer em “escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo” (BRASIL, 2005, p.5). Esta legislação demonstra que o nosso país almeja assegurar o reconhecimento dessa modalidade de educação e direito das pessoas surdas de serem bilíngues (STURMER; THOMA, 2015).

Compreendemos que o acesso à Libras é um direito fundamental reafirmamos que a proposta da Educação Bilíngue é a mais adequada para garantir o desenvolvimento educacional e social da pessoa surda, tendo em vista que:

A proposta bilíngue entende o sujeito surdo como participante de duas realidades, como um estrangeiro no próprio país, vivendo ao mesmo tempo a realidade da língua materna, na qual tem sua visão de mundo construída e aprimorada, e a realidade de uma segunda língua, a utilizada no cotidiano da comunidade a que pertence. (BARBOSA, 2011, p. 13).

Deste modo, quando acontece o reconhecimento da condição bilíngue do surdo por parte da sociedade, da escola e da família, surge uma variedade de desafios e novos conhecimentos a serem demandados na área educacional, que visam a garantia da aquisição da língua de sinais e o aprendizado da língua portuguesa pelo surdo. O tópico a seguir tratará desta temática.

#### **4.2 A escola e a aquisição da Língua de Sinais pelo surdo**

Antes de tratarmos da aquisição da Língua de Sinais pelo surdo, é necessário explicarmos a escolha deste termo que, segundo Chomsky (1998, apud NASI, 2007, p. 4) “[...] nos indicam que os seres humanos apresentam uma predisposição genética que permite a aquisição da linguagem. Assim, ele utiliza o termo ‘estado inicial’ para caracterizar o que seria um dispositivo de aquisição da língua”. Ou seja, estamos todos predispostos a aquisição de uma língua.

Veremos o que difere a aquisição de uma língua do aprendizado que é o fato que o processo de aquisição de uma língua é subconsciente e intuitivo (SAPUCAIA, 2017). Sobre isso, Mackey (1965, p. 45) acrescenta que este processo ocorre em ambientes informais e que não requer a correção de erros.

Nessa perspectiva Goldfeld (2002, p.44) completa: “em relação à aquisição da linguagem, o bilinguismo afirma que a criança surda deva adquirir, como língua materna, a língua de sinais”. Assim, como para nós ouvintes, adquirimos naturalmente a língua oral, o surdo tende a desenvolver melhor a sua língua materna, a Libras.

Nesse sentido Thoma e Klein (2010) dizem que a aquisição de uma língua, se refere não só a utilização de uma determinada língua, mas também à sua escolha, à sua prática e o reconhecimento desta pelo sujeito ou por um grupo. Entretanto, as autoras ressaltam que 47% dos professores declaram que não conhecem a língua de sinais e que normalmente recebem ajuda de outros colegas da equipe docente para preparar atividade e para interagir com os alunos surdos. Ainda citando os dados obtidos pelas pesquisadoras elas associam o desconhecimento a respeito de Libras devido à escassez de profissionais com vasta experiência nesta área.

Notamos que, mesmo com a previsão legal de inserção da Libras como componente curricular nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia, assegurada pelo Decreto nº 5.626/2005 as pesquisas ainda demonstram que esta formação não está causando mudanças significativas na escola.

#### **4.3 A escola e o aprendizado da Língua Portuguesa pelo surdo**

Conforme vimos, a Língua Portuguesa, como segunda língua, deve ser aprendida pelo surdo, ou seja, “é um processo consciente, controlado: é ajudado pela correção de erros, e ocorre em um ambiente formal (sala de aula)” (MACKEY, 1965, p. 45).

Deste modo, na aquisição da leitura do surdo, uma das principais preocupações é o ensino do português como segunda língua. Destacamos que esta ação não deve ser dissociada do ensino da Língua de Sinais, ao contrário, na proposta bilíngue não é negada a relevância da Libras, uma vez que esta língua é reconhecida como elemento da cultura e da identidade surda.

O ensino da Língua Portuguesa para surdos está previsto no parágrafo único do Art. 4º da Lei nº 10.436/2002, como também no capítulo III, no art.14, do Decreto nº 5.626/2005 e

deve ocorrer obrigatoriamente na modalidade escrita da língua. Conforme o referido decreto, no art. 13:

O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

Vemos assim, a previsão na legislação para a formação docente para a atuação nesta área. Já o art. 14 trata da obrigatoriedade deste profissional para a promoção do AEE, como veremos adiante.

#### **4.4 Libras e Língua Portuguesa no ensino da pessoa surda**

Sabendo que esta língua deve ser ensinada na modalidade escrita, nesse processo, o professor deve utilizar a Língua de Sinais como principal instrumento de ensino. Deste modo, é recomendado pelas estudiosas da área, como Quadros e Schmidt (2006), por exemplo, que, ao ensinar o Português para o aprendiz surdo, é importante situá-lo dentro do contexto utilizando-se, para isso, da língua materna, que é a Libras. Deste modo, é por meio de Libras que o surdo faz a leitura do mundo, para depois passar à leitura das palavras em Língua Portuguesa (SALLES et. al., 2004).

Diante disso, a autora destaca que a Língua de Sinais deve ser sempre contemplada como língua de instrução, por excelência, a ser utilizada em todas as disciplinas e, somente após a internalização do conceito nesta língua, o docente trabalha o conteúdo na Língua Portuguesa (na modalidade escrita). Contudo, no processo ensino/aprendizagem numa perspectiva bilíngue precisamos estar atentos a algumas estratégias errôneas utilizadas na efetivação desta proposta, como destaca a seguir:

As propostas bilíngues estão estruturadas muito mais no sentido de garantir que o ensino de português mantenha-se como a língua de acesso ao conhecimento. A língua de sinais brasileira parece estar sendo admitida, mas o português mantém-se como a língua mais importante nos espaços escolares (QUADROS, 2002, apud COSTA, 2015, p. 39).

Logo, com este embasamento advindo da pesquisa de Costa (2015), podemos entender que o trabalho com o conteúdo através da Língua Portuguesa, não deve excluir a Língua de

Sinais, pois este sistema de comunicação não pode aparecer como secundário no processo ensino-aprendizagem do indivíduo surdo.

Thoma e Klein (2010) também argumentam sobre essa imposição e a atribuição destes *status* de superioridade da Língua Portuguesa em nosso país, diante do ensino da Língua de Sinais. Elas afirmam que esta é uma das razões pelas quais, o surdo ainda fica à mercê da superioridade da língua oficial do nosso país, o português, causando prejuízos quanto ao uso da Língua de Sinais.

Isso ocorre ainda porque a inclusão de alunos surdos em escolas regulares é feita com base nas mesmas condições dadas aos ouvintes, ou seja, é um procedimento feito com base num método de abordagem natural, sem uso de aparelhos tecnológico sou momentos diferenciados de aprendizagem, que pressupõe a utilização da língua materna do aluno, através de aulas expositivas com o incremento às metodologias interativas que são baseadas no uso de imagens. (MANTOAN; PRIETO, 2006).

Para a efetivação da proposta bilíngue na escola regular, a criança surda irá precisar de um intermediador, uma pessoa capaz de poder transmitir as comunicações e interações através da Língua de Sinais e esse profissional é o TILSP que será tratado no tópico a seguir.

#### **4.5 A presença do Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Português na educação da criança surda**

O Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Português - TILSP é o profissional que media a interação dos surdos e dos ouvintes. Ele é fundamental para que a criança surda possa interagir em sala de aula e para aprender o conteúdo através da sua língua materna, fazendo com que ocorra a sua permanência nas escolas (THOMA; KLEIN, 2010).

A presença de um TILSP na sala de aula e na realização das dinâmicas escolares possibilita o acesso ao conhecimento e favorece também a construção do conhecimento através da interação entre o aluno surdo, com o educador e com os colegas (BOTELHO, 1999).

Entretanto, Lacerda (2006) destaca que é importante delimitar a função intérprete educacional no contexto escolar ao afirmar que:

O intérprete participa das atividades, procurando dar acesso aos conhecimentos e isso se faz com tradução, mas também com sugestões, exemplos e muitas outras formas de interação inerentes ao contato cotidiano com o aluno surdo em sala de aula. Todavia, se este papel não estiver claro



para o próprio intérprete, professores, alunos, aluno surdo, o trabalho torna-se pouco produtivo, pois se desenvolvem de forma insegura, com desconfiança, desconforto e superposições (LACERDA, 2006, p. 174).

Diante disso, podemos analisar que o trabalho do intérprete se efetiva não só na mediação da comunicação, mas também promovendo a construção do conhecimento, uma vez que o trabalho do TILSP possibilita a participação de forma efetiva do aluno surdo nas aulas e assim o acesso às informações e a participação nas aulas, garantindo a aprendizagem.

Para possibilitar a eficiência da tradução, o intérprete de Libras precisa de condições para traduzir os conteúdos com qualidade, ou seja, é necessário desenvolver estratégias para torná-los compreensíveis para o aluno surdo. Desta forma, esta contribuição permeia o entendimento do conteúdo através da metodologia utilizada em sala de aula.

Neste sentido, devemos observar que o processo de interpretar e aprender estão totalmente envolvidos, demonstrando que o intérprete é fundamental no processo educacional e à medida que, ao exercer o seu papel, faz com que o aluno surdo entenda o conteúdo que está sendo explanado em sala de aula (LACERDA, 2006). Contudo, uma escola bilíngue não é construída apenas a partir da inserção do TILSP em classe, é necessário que o aluno surdo encontre interlocutores em classe. Por esta razão, a seguir trataremos sobre a criação de espaços bilíngues na escola.

#### **4.6 O Atendimento Educacional Especializado**

O Atendimento Educacional Especializado - AEE é definido, no Decreto nº 7.611/2011, como um conjunto de ações sistemáticas que visam complementar (para os alunos com deficiência) ou suplementar (para os alunos com altas habilidades/superdotação) das ações desenvolvidas em classe. É um atendimento que, devido a especificidade da criança, adota práticas pedagógicas e recursos que visam facilitar o desenvolvimento educacional dos surdos e assim assegurar condições para o educando continuar na escola interagindo e aprendendo.

Destacamos ainda que os objetivos do AEE são apresentados no art. 3º, inciso I, do referido decreto que são: “prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes” (BRASIL, 2011, p. 1).

Essas ações são apresentadas em documentos como, por exemplo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que determina que o professor do AEE deva trabalhar de forma articulada com o docente que atua ensino regular.

Por isso, este atendimento precisa ser organizado de forma que não atrapalhe nem substitua o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na classe regular (BRASIL, 2008).

No que se trata da pessoa com surdez, esta ação demanda tempo e planejamento, sendo que, sua execução está prevista para ser realizada em três momentos distintos, são eles: o AEE em Libras, o AEE de Libras e o AEE para ensino da Língua Portuguesa.

Damázio (2007) nos aponta que o AEE é um trabalho que necessita de cautela e sistematização. Para a autora, o primeiro o momento é chamando de AEE em Libras e se refere ao atendimento voltado para o ensino Libras (ampliação do vocabulário, sintaxe, produção e compreensão de textos nesta língua) no qual o professor ou instrutor, que seja surdo de preferência, trate o ensino de diversos conteúdos Libras e em sala de aula. Segundo momento ocorre o AEE para o ensino de Libras é realizado pelo professor bilíngue que ensina os sinais e conceitos referentes aos termos científicos trabalhados em classe. No terceiro e último momento do AEE destinado para o ensino da Língua Portuguesa, proporciona a aprendizagem desta língua para os alunos surdos com estratégias de ensino de segunda língua.

Assim sendo, os alunos surdos têm o direito de receber o apoio pedagógico especializado, que atenda às suas necessidades individuais, contribuindo com o seu desenvolvimento educacional. O AEE nesta proposta corrobora para uma educação que compreende as diferenças, assegurando uma educação de qualidade e que promove o respeito à diversidade. Este modelo acredita no potencial dos alunos surdos, ressaltando que cada um pode superar as dificuldades que surgem nesses processos de aprendizagem desde que sejam ofertadas as condições e o tempo adequado para o seu aprendizado.

Desse modo, o atendimento aos surdos na escola regular, na perspectiva bilíngue, contemplada na legislação apresentada anteriormente, prevê não só a mudança na perspectiva monolíngue apresentada pela educação, como o incentivo ao aprendizado destas línguas pela comunidade escolar.

## 5 ESCOLA E FAMÍLIA: TECENDO REFLEXÕES ACERCA DA IDENTIDADE DA INCLUSÃO E DO APRENDIZADO DA PESSOA SURDA

Atualmente, o Plano Nacional de Educação – PNE tem como objetivo a utilização de organizações, métodos e estratégias que consistam em fazer com que as diferenças não sejam uma barreira em nossa sociedade. Neste sentido, “a Educação Inclusiva propõe o delineamento de ações que também objetivam superar a exclusão no ambiente escolar e na própria sociedade” (LODI, 2013, p. 23). Ao citar a relação da escola com a sociedade, a autora pressupõe uma ação de continuidade das ações empreendidas entre estes grupos sociais. Esta determinação está de acordo com a LDBEN, no Art. 1º, afirma que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, p. 01). Desse modo, a família do surdo deve participar do processo de formação da criança, uma vez que a escola e a família, segundo a lei, devem contribuir para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento linguístico e social dos alunos.

Já a Declaração de Salamanca (1994, p. 43) diz que “os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas especiais de seus filhos, e a eles deveria competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam que seja dada a seus filhos”. Por esta razão, cabe à família a escolha da educação de seus filhos e isso implica em selecionar a instituição que utiliza a melhor abordagem educacional voltada à pessoa surda e acompanhar esta proposta.

Quanto à escola, como vimos na LDBEN, cabe à ela fornecer as condições necessárias para a construção e aquisição de conhecimentos necessários para a inserção social e para o desenvolvimento pessoal. Entretanto, para atingir este objetivo, é necessário consolidar parceria entre a família e a escola e, para isso, a comunicação entre essas duas instituições é fundamental. Nesse sentido a Declaração de Salamanca (1994, p. 43) reforça a relevância dessa parceria ao dizer que:

Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e apoio entre administradores das **escolas, professores e pais**, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola (onde poderiam assistir a demonstrações técnicas eficazes e receber instruções sobre como organizar atividades extra-escolares) e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos. [Grifo nosso].

Deste modo, Carvalho (2013, p. 42) corrobora com a colocação ao discorrer que “as relações entre a escola e a família, além de supostos ideais comuns, baseiam-se na divisão do trabalho de educação de crianças e jovens, e envolvem expectativas recíprocas”. Nesse sentido, a parceria entre família e escola se dá pelo fato de que ambos visam um mesmo objetivo: a boa aprendizagem dos alunos, em busca desse objetivo tanto a família como a escola têm muito a contribuir.

## 5.1 Família e escola

Como vimos nos documentos legais citados, a parceria entre a família e escola é importante para garantir a efetiva participação do aluno no cotidiano da escola e da comunidade, a fim de transformá-lo em um sujeito ativo e participativo da produção do conhecimento. Apesar de sabemos que há alunos que tem sucesso sem haver a participação da família na escola, precisamos considerar que a primeira instituição tem a sua função no processo educacional do aluno, fato que não pode ser desconsiderado pela escola. Dessen e Polônia (2007) destacam que a família e a escola possuem papéis específicos e fundamentais para o desenvolvimento da criança, por que:

Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo. Na escola essas regras de convivência são reforçadas, favorecendo o desenvolvimento social dos filhos. Compreendendo que as ações entre a escola e a família são complementares, constatamos que é relevante a parceria entre a família e a escola na educação da criança. (DESSEN; POLÔNIA, 2007, p.44).

Assim, para os autores tanto a escola como a família “são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente”. (DESSEN; POLONIA, 2007, p.22). Dessa forma, a construção do conhecimento não cabe só a escola, mas também a família.

Esta parceria também é destacada na LDBEN, no Art. 2º, que tratamos princípios e dos objetivos da educação assegurando que “a educação, dever da família e dever do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho”. Nesse artigo, a lei demonstra que a educação da criança deve ser efetivada como uma atividade em conjunto, na qual cabe a cada um cumprir com seu papel, de forma que o processo educacional ocorra em diferentes espaços sociais. Além disso, ressalta que a educação não é uma atividade que tem como fim apenas a aquisição de habilidades e conteúdos presentes no currículo, mas pressupõe a construção de cidadãos críticos para exercer o seu papel na sociedade, como também prepará-lo para a inserção no mercado de trabalho.

Ana Regina Caminha Braga, psicopedagoga, especialista em Educação Especial, comenta sobre esta temática que envolve a ação do professor e da família na educação das crianças com deficiência afirmando que ultimamente, os papéis a serem desempenhados por docentes e pais sofreram mudanças, quer dizer, estão invertidos. Conforme afirma a psicopedagoga, hoje as famílias confiam a educação formal de seus filhos desde cedo à escola negligenciando funções que são dever da família e esta última atribui esta responsabilidade à escola ao ritmo em virtude do cotidiano agitado vivenciado atualmente (BRAGA, 2016, p. 13).

Conforme dissemos anteriormente, a família vem passando por diferentes modificações desde a sua composição até a relação entre os seus membros. Mudaram as organizações dos grupos familiares, a função de cada membro da família (em especial com as novas relações de trabalho) e, com isso, o modo e os locais os quais acontece a educação dos seus filhos, que segundo a psicopedagoga, passou a ser absorvido pela escola.

Vemos assim que a escola não atua sozinha, ao contrário, ela estabelece relações múltiplas, e entre elas, com a família dos alunos. Deste modo, contato da família com a escola pode acontecer de diversas formas, seja através das visitas cotidianas, dos eventos, das reuniões etc. Neste sentido, Sousa (2011, p. 31) evidencia que “as percepções de mundo, do outro, e da escola, experiências pelos sujeitos da família é que influenciarão as futuras relações interpessoais e coletivas, incluindo nessas relações, a escola”. Por esta razão, uma boa relação e um bom diálogo entre escola e família têm reflexos positivos na aprendizagem dos alunos. No entanto, o contato entre família e escola não é algo pronto, precisa ser construído e cultivado.

Sobre a construção desta relação entre a escola e a família, Sousa (2011, p. 30) destaca ainda “a participação da comunidade é um processo que necessita ser construído passo a passo e precisa também de mecanismos institucionais para dar suporte à boa vontade dos profissionais que acreditam na sua implementação”.

A autora complementa asseverando que a Escola e a família têm muito a oferecer e a trocar entre si e isso traz benefícios à ambas as instituições. Esta relação ocorre à medida que:

Quando a família realiza a matrícula da criança numa determinada escola, a mesma passa a receber influências e influenciar a escola, haja vista serem, cada uma dessas instituições possuidoras de seus valores e crenças e, a relação estabelecida a partir desse momento pode ser carregada de confiança/desconfiança, dependendo da visão social que a escola possui da família e a família da escola, pois cada uma possui suas especificidades. (SOUSA, 2011, p.32).

Deste modo, observamos que a relação entre a escola e família é efetivada a partir de influências mútuas, uma vez que ambas possuem concepções e crenças particulares e por isso tendem a estabelecer de influência suma na outra.

## **5.2 Surdez e bilinguismo**

Conforme destacamos anteriormente, a maioria dos surdos nasce em famílias constituídas por responsáveis, que são ouvintes, e que não utilizam a Libras. Relembrando da relevância desta língua no aprendizado do surdo, vemos que há a necessidade de inserir nas comunicações familiares, a utilização desta língua como meio de interação com a criança surda.

Retomando o fato que a maioria dos surdos nascem em famílias de ouvintes, entendemos que, nestes espaços sociais a criança crescerá sem o contato com usuários de Libras, e o seu desenvolvimento linguístico e social seria prejudicado. Contudo, se a criança surda for matriculada em uma escola que adota a abordagem bilíngue, ela poderá participar e um espaço que possibilita o pleno desenvolvimento da sua de comunicação. Por este motivo, a escolha da família por instituições que trabalhem na perspectiva da proposta bilíngue é fundamental no desenvolvimento das crianças surdas e esta opção linguística (uso da língua oral ou a de sinais na sua comunicação) não pode ser deliberada pela escola sem a anuência da família.

De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, os esclarecimentos a respeito da relevância de Libras e da Língua Portuguesa para a criança com perda na acuidade auditiva devem ser prestados pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Ainda conforme este documento, no Art. 16, é explicitado que a função do sistema de saúde na promoção da comunicação deve ser efetivada em parceria com a escola:

A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade. (BRASIL, 2005).

Deste modo, a relação entre as línguas (Libras e Língua Portuguesa), atuam na constituição na identidade da pessoa surda (STROBEL, 2008). A seguir, trataremos da relação entre a identidade surda e a proposta inclusiva.

### **5.3 Identidade e Inclusão**

Sabemos que o processo educacional é de extrema importância, para as crianças, pois é nele que a identidade social é construída. Deste modo, os surdos, por interagirem com o mundo de forma visual, desenvolverão identidades surdas, que estão interligadas à cultura surda. Para Oliván (1999, p. 87) a identidade “é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo” que delimita características e atribuições sobre o sujeito.

Neste sentido, César (2003, p. 119) complementa dizendo que “só construímos a nossa identidade por contraponto à existência de outros que se distinguem de nós, então a inclusão faz todo o sentido”. Nesse sentido, a inclusão se dá relação com os outros, entre os diferentes que se aceitam e se respeitam. Isso nos leva a pensar a importância da educação bilíngue na escola regular, uma vez que ela prioriza e dá relevância a Libras como língua natural da pessoa surda, como constituinte da sua identidade, sem minimizar a importância da Língua Portuguesa na modalidade escrita. Assim, é engano pensar, que a inclusão é benéfica somente para os alunos surdos, ao contrário esta proposta traz contribuições positivas para a formação identitária de todos os alunos, interferindo na língua e na imagem de si que terão reflexos na escola, a família e com a comunidade.

Contudo, estas relações não são estabelecidas à priori. Cabe à escola desenvolver um trabalho pautado na heterogeneidade e na diversidade mostrando que somos iguais na diferença. Este trabalho é fundamental porque a sala de aula recebe influências e reflete na sociedade, ou seja, ela está inserida na comunidade local e reproduz as diferenças existentes neste grupo (como vimos, anteriormente, na citação de Sousa).

Neste sentido, Tiba (1996, p. 140) diz que, “a escola necessita saber de que é uma instituição que complementa a família, e que ambas precisam ser, um lugar agradável e afetivo para os alunos/filhos. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o

benefício do filho/aluno”. Nesse sentido, a sala de aula precisa ser um espaço de acolhida e de respeito as particularidades de cada aluno e, este acolhimento pode se disseminar para os outros grupos que compõem a comunidade escolar, inclusive a família.

#### **5.4 Família, escola e bilinguismo**

Sabemos que a questão da inclusão de alunos surdos na sala de aula tem gerado, ao longo dos anos, muita polêmica e discussões entre estudiosos da educação, a respeito de qual deve ser o melhor para os alunos e mais eficaz ambiente para as referidas crianças.

A necessidade de inclusão é discutida no cenário nacional e em muitos documentos oficiais da educação, tais como a LDBEN, a Política da Educação Inclusiva (que citamos anteriormente), o PNE (aponta que o espaço mais adequado ao processo ensino aprendizagem da criança surda é uma escola regular) entre outros.

Para isso vimos que o AEE pode contribuir, pois tem como objetivo enriquecer o aprendizado dos alunos com deficiência que precisam de metodologias específicas para aprender. Deste modo, o profissional que atua neste ambiente da escola e precisa dispor de uma gama maior de conhecimentos sobre Libras e sobre o desenvolvimento da pessoa surda. Assim, este docente pode contribuir com os responsáveis para potencializar o desenvolvimento da pessoa surda e realizar ações que visam aproximar a escola e a família. Além disso, este profissional, que é especialista na área, pode esclarecer a família sobre os benefícios do uso de Libras e dos espaços para buscar a fluência nesta língua e garantir uma comunicação efetiva. Como também, têm as habilidades necessárias para intervir no ambiente escolar e lidar com aprendizagens dos alunos surdos.

Conforme nos apresenta o Decreto nº 7.611, a família deve integrar esta proposta de atendimento a fim de garantir o acesso à educação, na plenitude, e a participação destes alunos nas atividades ofertadas pelo sistema escolar.

Vemos assim que a inclusão acontece justamente na diferença, em meio as diversidades sendo os alunos heterogêneos nas estratégias de acesso aos conteúdos e na participação no grupo e homogêneos no direito e na fruição do acesso ao conhecimento.

Entretanto, a implantação da inclusão de alunos surdos na sala de aula não depende, exclusivamente, da ação do professor e do governo, tem que contar com a integração da família, da comunidade e de toda a escola, pois somente com a união e a motivação de todos é que a inclusão do surdo, utilizando a Libras e a Língua Portuguesa, poderá ser efetivada na prática das escolas regulares.



## 5.5 Participação da família na escola inclusiva

Uma das constatações desta reflexão é que a família e a escola precisam participar das discussões que envolvem as questões relacionadas aos andamentos das aulas e das ações empreendidas pela escola. O conselho escolar, por exemplo, é um importante elemento de comunicação entre escola e família.

Dessa forma, incluir é operacionalizar as necessidades do aluno, de modo que ele não seja um elo perdido na atmosfera escolar como aponta Silva (2015). Sobre isso, Maciel (2000, p. 520) acrescenta que a “inclusão traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade”.

Quando trata da interação mútua entendemos que não se trata apenas da utilização de Libras e da Língua Portuguesa somente pelos professores, alunos e funcionários, mas por comunidade escolar que envolve além dos grupos citados famílias que vivem no entorno e daquelas que têm os seus filhos matriculados na escola (LODI, 2013).

Neste sentido, a escola precisa propor ações que aproximem os pais da escola, tais como, pedir que os pais se esforcem para deixar e buscar os filhos na escola, reorganizando-se diante das novas atribuições dos membros da família, como o trabalho dos responsáveis, com o objetivo de manter uma aproximação diária com os profissionais que trabalham com a criança.

Neste momento, docentes e gestores podem tratar de assuntos referentes à criança e o seu desenvolvimento na sala de aula, de forma carinhosa e atenciosa, a fim de que o espaço da instituição escolar não seja um local no qual o responsável seja convidado a estar apenas nos momentos de entrega de notas, festas e para ter conhecimento das quebras das regras realizadas pelos seus filhos (LAZADA, 2015).

LAZADA (2017) reflete sobre as atribuições do Conselho Escolar e aponta como tarefa imprescindível a colaboração na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola e acompanhar a sua execução. Assim, este conselho atua como porta-voz junto à comunidade geral sobre a proposta educativa e os encaminhamentos realizados para combater eventuais problemas e desafios que encontram no desenvolvimento da educação escolar.

O Conselho escolar discute também questões como a matrícula de alunos, entre eles os surdos. Nesse sentido, o Conselho escolar é relevante para propor ações que visem garantir a educação bilíngue uma vez que este discute pontos de operacionalização do ensino bilíngue e da própria existência na escola dos alunos surdos.

Contudo, devemos estar atentos ao fato que “algumas famílias e pais/mães participam mais do que outras; e se as professoras, por um lado, desejam ajuda dos pais, por outro lado, se ressentem quando este envolvimento interfere no seu trabalho pedagógico e em sua autoridade profissional” (CARVALHO, 2013, p.45). Dessa forma, a relação e a parceria pais e escola podem ser positivas e potencializar ainda mais o ensino, no entanto, os profissionais da educação precisam estar atentos para minimizar os conflitos que podem surgir nessa convivência.

Por esta razão, a inclusão enquanto meta das escolas em nossa sociedade envolve muitas etapas e mobiliza muitos esforços não só da escola, como também da família. Nesse sentido, a relação entre docente e discente e família, assim como a criação de espaços especializados, deve ser imprescindível para a organização desses projetos, isto é, o sistema de ensino tem que ser bem planejado, bem pensado e, sobretudo, colocado em prática da melhor maneira possível, para que a educação inclusiva aconteça com sucesso em nossas escolas. Assim, incluir, nos leva a pensar em mudanças e transformações, de atitudes e práticas da escola e da família, que precisam estar, minimamente, em sintonia de objetivos e interesses para que as ações se efetivem.

Nesse sentido a igualdade oferecida pela inclusão prevê a possibilidade de um acesso igualitário e democrático ao conhecimento escolar, por isso, a escola precisa conhecer as necessidades o aluno, suas possibilidades e esclarecer a família sobre estas diferenças, para que, a partir disso, os responsáveis possam auxiliar a escola nas intervenções mais adequadas a cada aluno.

Deste modo, os membros da escola e da família precisam conhecer os princípios da educação inclusiva para os surdos, para que possam colocar em prática. E devem estar cientes que não corresponde aos princípios da educação inclusiva disfarçar as NEEs dos discentes, ao contrário, é reconhecendo essas particularidades que a inclusão promove a atividade de englobar todos em um só sistema.

Sabemos que a educação não se encerra nas salas de aulas, ela continua a ocorrer em outros espaços sociais. Dessa forma, a família deve não só participar dos processos educacionais internos à escola porque o processo de aprendizagem deve continuar no seio familiar, buscando sempre a garantia e a efetivação dos direitos dos alunos surdos a uma educação de qualidade.

Segundo Cummins (2003, p.30) “crianças que vão para escola com uma língua consolidada, terão possibilidades de desenvolver habilidades de leitura e escrita com muito mais consistência”. Portanto, é relevante que a família oportunize a criança a aprender a

língua de sinais para que ela possa se comunicar com quem está a sua volta. Mas, na maioria das vezes, a escola é que se torna responsável pelas primeiras experiências da criança surda com uma Língua de Sinais.

Por isso, para que haja inclusão do aluno em todas as atividades é relevante que os colegas ouvintes, os professores e os gestores também aprendam a Língua de Sinais, a fim de se comunicar com os colegas surdos. Assim sendo, o ensino de Libras para a comunidade escolar, incluindo a família, é uma atividade que pode ser desenvolvida pelo professor que realiza o AEE e pelo docente da escola regular, a fim de ampliar a compreensão dos conteúdos e a socialização do aluno surdo.

Outro profissional que tem um papel relevante neste processo de aprendizagem e de socialização é o intérprete de Libras. Na realização da mediação entre os usuários de Libras e da Língua portuguesa, vemos que o intérprete pode atuar também em momentos de participação familiar na escola. Suas intervenções são de grande valia para promover a interação entre esses indivíduos. Mesmo em escolas especiais para surdos, ainda é possível perceber que a presença do TILSP se encontra restrita na própria escola, tendo em vista que este profissional participa e colabora em eventos ou em outras atividades desenvolvidas no âmbito educacional e esta participação precisa se estender a outros espaços sociais, a fim de favorecer a plena participação do surdo nas atividades sociais.

Não queremos dizer que o intérprete educacional deva atuar voluntariamente ou deixar de realizar as suas atividades na escola para atender a esta demanda, mas que haja uma conscientização da família para reivindicar o trabalho destes profissionais para atender ao surdo. Contudo, o uso de Libras e sua respectiva incorporação na escola, depende de escolhas e de ações não só da comunidade escolar, mas também da família. Por isso, a inclusão é tarefa de todos os membros envolvidos no ensino.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos, a relação entre a família e a escola é imprescindível para que aconteça um ensino bilíngue de qualidade e atento às demandas das crianças surdas, que chegam até as salas de aulas.

Como é na família que ocorrem as primeiras interações da criança, para garantir o desenvolvimento do aprendizado, da sua identidade e a socialização, é necessário que este grupo utilize a Libras durante as interações. Diante do exposto fica clara a importância de um ensino inclusivo e bilíngue, que garanta as crianças surdas interagir com os ouvintes, a fim de aprenderem e agirem de forma crítica na sociedade, exercendo seus direitos e deveres enquanto cidadão.

Deste modo, compreendemos que o desafio de incluir é superar problemas, tais como: a indiferença e a pouca participação dos pais nas decisões da escola, a falta de preparo dos docentes para lidar com as crianças surdas, associada ao fato de, na maioria das salas de aula não ter intérprete nas salas de aula.

Diante as discussões em torno desse tema constatamos que a escola precisa investir na formação continuada dos docentes para prepará-los para a prática do ensino bilíngue. E, este ensino bilíngue deve priorizar o ensino e a prática de Libras, tendo a língua portuguesa como suporte e para isso, podemos contar com o auxílio de intérpretes e professores que conheçam a Libras.

Nessa nova realidade o ensino deve abrir-se para o novo, para o improvável e promover a inclusão, pois é preciso sair desse conformismo que garante a permanência das antigas práticas, para que possamos trilhar novos caminhos e buscar novas formas de aprender e ensinar, que garantam uma aprendizagem múltipla e dinâmica.

Assim, a educação inclusiva acredita que todos são capazes e que podem participar e desempenhar papéis importantes para suas famílias e para toda a sociedade. Deste modo, cabe à escola e as famílias unirem-se para construir um modelo de escola para todos e todas, nas quais as práticas discriminatórias, preconceituosas e pautadas em estereótipos são esclarecidas e substituídas pela valorização da diferença.

Portanto, esse modelo de educação, baseado na valorização da diversidade e pautado na participação da escola e da família, não deve ser encarado apenas como um idealismo sem uma prática efetiva na realidade, que se restringe aos documentos elaborados pelos estudiosos. Mas, deve ser vista como uma realidade prática eficaz e transformadora, capaz de construir uma sociedade crítica e alunos cientes de sua cidadania.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Amanda de Almeida Soares. **Bilinguismo e a educação de surdos**. 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/bilinguismo-e-a-educacao-de-surdos/67821/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

BETTINARDI, Eliane Martins Lacerda. **A importância da participação da família no processo educacional da criança**. 2012. Disponível em: <<https://hetec.wordpress.com/anteriores-2/artigos/177-2/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris. **Surdez e Deficiência Auditiva: qual a diferença**. UCS/FAPERGS, 2011. Disponível em: <[http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA\\_SURDEZ\\_Surdez\\_X\\_Def\\_Audit\\_Texto.pdf](http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA_SURDEZ_Surdez_X_Def_Audit_Texto.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BOTELHO, Paula. Educação inclusiva para surdos: desmistificando pressupostos. In: Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, 1. Anais. PUC: Minas Gerais, 1999. Disponível em: <<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anais.php>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

BRAGA, Ana Regina Caminha. **A importância da família na educação infantil**. 2016. Disponível em: <<http://www.segs.com.br/educacao/12848-a-importancia-da-familia-na-educacao-infantil.html>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica Nº 19/2010** – MEC/SEESP/GAB. Profissionais de apoio para alunos com deficiência e TGD matriculados nas escolas comuns. 2010. Disponível em: <<http://aeeufc2013sula.blogspot.com.br/2013/06/nota-tecnica-192010-mecseesp-gab-data-08.html>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Lex**: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília.

CARVALHO, M. E. P. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, 2013.

COSTA, Juliana Pêgas. **A prática docente na inclusão educacional de um aluno surdo com implante coclear**. 104 f. Dissertação. UFRJ. Faculdade de Educação. 2015. Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes2015/djulianapegas.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

DAMÁZIO, M. Ferreira Macedo. **Atendimento educacional especializado pessoa com surdez**. Brasília: MEC/SEESP/SEED, 2007.

DANESI, Marlene Canarin. **O admirável mundo dos surdos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

DECLARAÇÃO, de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, 2007.

DIAS, Tércia Regina Silveira. et. al. 1999. **Educação Bilíngue de Surdos: Grupos de Familiares**. Disponível em: <<http://www.profala.com/arteducesp17.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educ. rev.** [online], Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602004000200011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602004000200011&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 31 ago. 2017.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. In: **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225. Editora UFPR, 2004.

FONSECA, João José Saraiva de. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, Marcela Rezende. **A importância da família no processo de aprendizagem infantil**. 2015. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-familia-no-processo-de-aprendizagem-na-educacao-infantil/134575>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GÓES, Maria Cecília Rafael de; TURETTA, Beatriz dos Reis. Uma proposta inclusiva bilíngue para crianças menores. **Uma escola, duas línguas:** letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2001.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. Cedes**, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

LAZADA, Thiago Rodrigues. **A contribuição do conselho escolar na gestão da escola**. 2015. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/A-contribui%C3%A7%C3%A3o-do-conselho-escolar-na-gest%C3%A3o-da-escola.aspx>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista**

**Katálysis**, v. 10, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2017.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Thiago/Downloads/Dialnet-EducacaoBilingueParaSurdosEInclusaoSegundoAPolitic-4349761.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão. **Em perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.

MACKEY, William Francis. **Aquisição e Aprendizagem de Segunda Língua**. 1965.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. Disponível em: <<http://educacaoespecialbrasil.blogspot.com.br/2012/02/inclusao-escolar-pontos-e-contrapontos.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MORESTEGA, Vera Lúcia; SANTOS, Angela Nediane dos. **A influência da Comunicação que envolve família-filho-escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do sujeito surdo**. Ed. nº28, 2006.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

NOGUEIRA, Mariana Brasil. **A Família**: conceito e evolução histórica e sua importância. 2007. Disponível em: <[BuscaLegis.ccj.ufsc.br](http://BuscaLegis.ccj.ufsc.br)>. Acesso em: 28 jul. 2017.

OLIVÁN, Manuel Castells. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

QUADROS, Ronice Müller; SCHMIEDT, Magali L. P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/libras-aquisicao-e-importancia-na-educacao-do-surdo/35453/>>. Acesso em: 28 ago. 2017.



QUADROS, R. M. de. O 'bi' do bilingüismo na educação de surdos In: **Surdez e bilingüismo**. 1 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005, v.1, p. 26-36. Disponível em: <<http://www.cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/MuellerdeQuadros-2005.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

SALLES, Heloisa Maria Moreira de Lima et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SAPUCAIA, Michele Novacs de Lima. **Aquisição e Aprendizado: dois processos de ensino de segunda língua**. Disponível em: <[http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/CCL/projeto\\_todasasletras/inicie/MicheleSapucaia.pdf](http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/CCL/projeto_todasasletras/inicie/MicheleSapucaia.pdf)>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

SILVA, Maria Rita Paula da; SENA, Terezinha de Jesus Martins de. A inclusão do aluno surdo no ensino regular. **Protestantismo em Revista**. São Leopoldo, v. 37. Ed. Esp. Extra, p. 120-139, jun. 2015.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo Silveira. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009, p. 31-42.

SKLIAR, Carlos. **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

STÜRMER, Ingrid Ertel; THOMA, Adriana da Silva. Políticas Educacionais e Linguísticas para Surdos: discursos que produzem a educação bilíngue no Brasil na atualidade. In: **Cadernos de Educação**. Reunião anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), v. 37, p. 1-15, 2015.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. Pelotas. **Cadernos de Educação**, n. 36, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1603/1486>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. São Paulo: Gente, 1996.